

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.855 - SP (2019/0012828-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **JOAO EDUARDO ORLANDO FUJIMOTO**  
**ADVOGADO** : **MARCELO GIBELLI - SP296173**  
**AGRAVADO** : **WESLEY DA SILVA BRITO**  
**ADVOGADOS** : **TIAGO ALCARAZ E OUTRO(S) - SP241091**  
: **MARCELO RUBENS LOPES DE SOUZA - SP212614**  
**AGRAVADO** : **DEMÉTRIO GIANINI CAMARGO**  
**AGRAVADO** : **NUWANCE PROMOCOES E EVENTOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por JOAO EDUARDO ORLANDO FUJIMOTO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Ação regressiva de cobrança – Sociedade limitada – Cessão de cotas sociais entre sócios com ajustes referentes aos ativos e passivos da sociedade – Sentença de parcial procedência – Recurso apenas do autor visando a adequação da divisão da dívida de cada um dos sócios, haja vista sua exclusiva manifestação em Instrumento Aditivo ao Termo de Rescisão, Quitação, Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado com terceiro – Hipótese em que não se identifica qualquer manifestação de vontade dos demais sócios no referido instrumento aditivo de confissão de dívida, nem que o autor estivesse legitimado a representá-los e, além disso, todos os sócios firmaram manifestação de vontade perante a Justiça do Trabalho para quitação de débitos trabalhistas de responsabilidade da sociedade – Validade do negócio jurídico sem vício de consentimento – Conjunto probatório que não autoriza a procedência integral do pedido, mas que ora é mantido em razão de recurso exclusivo do autor, sob pena de se incidir em defesa reformatio in pejus – Sentença de parcial procedência mantida – Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 283 e 389, do CC.

Alega, em síntese, que os termos do contrato de composição amigável não foram cumpridos. Aduz que o mencionado instrumento contratual "prevê que todos os passivos e eventuais passivos seria de responsabilidade dos Recorridos".

É o relatório. DECIDO.

2. Com efeito, a alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da

instância excepcional. Aplicação da Súmula n. 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 1.022, I, E III, E 1.026, § 1º, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. TUTELA DE URGÊNCIA. NATUREZA PRECÁRIA E PROVISÓRIA DO DECISUM QUE, EM REGRA, NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 735 DA SÚMULA DO STF. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO ANTE A PRESENÇA DE RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A recorrente não demonstrou de que modo os arts. 1.022, I, e III, e 1.026, § 1º, do CPC/2015 foram violados pelo acórdão recorrido, porquanto não indicados, na petição de recurso especial, os pontos do acórdão embargado tidos como omissos, obscuros ou contraditórios. Dessa forma, a fundamentação apresentada no recurso se mostra deficiente, dada a alegação genérica de afronta a dispositivo de lei federal, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...].

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1346554/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CÁLCULOS ARITMÉTICOS. PERÍCIA ATUARIAL. DESNECESSIDADE. DISPOSITIVOS VIOLADOS. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULAS 283 E 284 DO STJ. REEXAME DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

1. A alegação genérica de violação de lei federal, sem que o recorrente explicitasse em que consistiu a negativa da vigência da lei, enseja a negativa de seguimento do recurso especial (Súmulas 283 e 284 do STF).

[...].

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 945.930/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 24/10/2018)

3. Ainda que assim não fosse, ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou:

Colhe-se dos documentos carreados ao processado que o apelante juntamente com Victor França Puzzulim, Wesley da Silva Brito e Demétrio Gianini Camargo eram os únicos sócios de Nuwance Promoções e Eventos Ltda. EPP.

Há um Termo de Composição Amigável firmado entre eles, em 1º de

agosto de 2013, no qual o apelante (João) e Victor se retiravam da sociedade permanecendo os sócios Wesley e Demétrio (fls. 8/10).

Neste termo, o apelante e Victor desistiam de qualquer ativo existente na empresa, porém não responderiam por qualquer passivo que seria assumido pelos sócios remanescentes (Wesley e Demétrio).

O apelante também juntou o Instrumento Particular de Alteração de Contrato de Sociedade Empresária Limitada, datado de 1º de agosto de 2013, e firmado por todos os sócios (fls. 11/14).

Neste Instrumento Particular, os sócios João (apelante), Wesley (apelado) e Victor se retiraram da sociedade e transferiram suas cotas sociais ao sócio remanescente Demétrio.

Foi ajustado, ainda, que os sócios cedentes desistiram de eventuais ativos existentes na empresa, sendo o passivo assumido pelo sócio remanescente Demétrio. Este instrumento foi averbado no registro da Junta Comercial do Estado de São Paulo correspondente (fls. 125/126).

Dos termos desses instrumentos resulta certa dubiedade.

Explica-se.

Ambos os instrumentos foram firmados no mesmo dia 1º de agosto de 2013. Naquele averbado no registro da sociedade na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o apelante (João), o apelado (Wesley) e o sócio Victor cederam suas cotas sociais ao sócio remanescente Demétrio.

Porém, no Instrumento de Confissão de Dívida, o apelado (Wesley) teria permanecido na sociedade juntamente com o sócio Demétrio, sendo que ambos assumiriam qualquer passivo da empresa.

Há sem dúvida, contrariedade de vontades em ambos os instrumentos.

O sócio Wesley (apelado) retirou-se ou não da sociedade (?).

A contrariedade de vontades ou ausência de vontade também é espelhada no documento carreado pelo apelante com sua petição inicial e intitulado de Instrumento Aditivo ao Termo de Rescisão, Quitação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, datado de 10 de abril de 2014, que fora firmado entre ele e Fábio Ponte de Souza Caminha este então, intitulado de empresário do grupo musical.

**Diz-se ausência de vontade, uma vez que nenhum dos outros sócios (Victor, Wesley e Demétrio) firmaram o respectivo instrumento “aditivo” e nem tampouco se comprovou que o apelante teria poderes para representá-los neste instrumento e em nome destes assumir quaisquer obrigações. Nada se identifica a respeito (fls. 19/22).**

**Seria o caso, então, daquela confissão de dívida firmada somente pelo apelante junto a terceiro Fábio Ponte de Souza Caminha ser de responsabilidade apenas do próprio apelante, haja vista que não há nenhuma manifestação de vontade dos demais (ex) sócios, quanto aos termos deduzidos no referido Instrumento Aditivo ao Termo de Rescisão, Quitação, Confissão de Dívida e Outras Avenças.**

Apesar disso e considerando que somente o autor recorreu da sentença pleiteando a procedência integral do pedido, e para que não haja reforma em seu prejuízo, deve ser mantida a condenação dos apelados quanto ao pagamento realizado pelo apelante em favor daquele terceiro (Fábio Ponte) na forma em que estabelecida na sentença.

Quanto aos valores devidos pelas partes, na condição de sócios, por débitos oriundos de reclamações trabalhistas homologados pela Justiça Especializada, a razão também não assiste ao apelante.

Como bem assentado na r. sentença:

**“...pois o que prevalece é o acordado perante o Juiz do Trabalho**

**nas respectivas audiências das reclamações trabalhistas. Lá, cada um dos sócios ou ex-sócios do Grupo NUWANCE transigiu estabelecendo sua cota de responsabilidade perante cada um dos reclamantes. Ou seja, nesse ponto, o autor expressamente pactou com os demais ex-sócios que arcaria com aqueles pagamentos; aqueles acordos foram homologados judicialmente e produzem efeitos não apenas perante os reclamantes trabalhistas, mas, da mesma forma, entre os sócios transigentes.**

Não obstante, o réu WESLEY admitiu, tornando-se fato incontroverso, que a respeito dessas reclamações trabalhistas deve reembolsar ao autor a quantia de R\$ 3.660,00. E é o que fica decidido, pois se trata de fato expressamente reconhecido pelo réu, ou seja, reconhecimento parcial da procedência do pedido.” (fls. 164/165)

**Ao que se vê, naqueles acordos firmados na Justiça do Trabalho, onde o apelante esteve presente e representado por advogado, estão preenchidos os pressupostos de validade do negócio jurídico, já que as partes são capazes, o objeto é lícito e a forma não é defesa em lei (CC, art. 104).**

**Ademais, neles não se verifica qualquer defeito (vício de consentimento ou social) capaz de gerar sua anulação, ou mesmo que não devam prevalecer sobre a vontade anteriormente manifestada no Instrumento de Confissão de Dívida firmado entre os (ex) sócios, mesmo porque, aqueles acordos trabalhistas foram firmados posteriormente ao referido instrumento de confissão de dívida, sem que houvesse qualquer ressalva de direitos e encerram os pressupostos de validade do negócio jurídico.**

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

4. Ademais, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar as alegações do ora agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, medidas inadmissíveis nesta Corte, consoante dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

